

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO
FEDERAL**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2017-SEPLAG,
nos termos do Padrão nº 01/2002.**

Processo SEI nº: 00410-00011800/2017-90
SIGGO nº: 35096

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF), com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG nº 973.748, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, , conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e, de outro lado, a empresa **CA PROGRAMAS DE COMPUTADOR, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.469.511/0001-69, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 1.240 – 26 e 27 andares, Golden Tower, Ed. Morumbi Corporate, Vila São Francisco, Sao Paulo - SP - CEP: 04711-130, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **ANDREA MARIA LEMOS PIRONNET MOSSA**, portadora da cédula de identidade nº 11.740.024, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob nº 088.574.808-52, na qualidade de Procuradora da empresa, celebram o presente Termo pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), do Banco do Estado de Sergipe (BANESE), que culminou com a edição da Ata de Registro de Preços - PG nº 003/2017-BANESE (2064473), demanda da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC), especificada no Termo de Referência aprovado pelo Subsecretário da SUTIC/SEPLAG (1821087); com fundamento no Decreto Distrital nº 37.667/2016; no Decreto Distrital nº 36.519/2015; no Decreto Distrital nº 36.520/2015; no Decreto Distrital nº 37.667, de 29/09/2016; na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014; na Proposta de Preços (2364016 - CADF0877v5) e na Lei nº 8.666/1993, e demais legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de Solução de Tecnologia da Informação (STI), constituindo no fornecimento, instalação e treinamento concernente à plataforma de monitoramento de serviços e componentes de Tecnologia da Informação (TI), incluindo provimento de licenças de software e serviços especializados para implantação e suporte técnico com atualização de versão, conforme

detalhamento técnico descrito nos Anexos I e II do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), do Banco do Estado de Sergipe (BANESE), que culminou com a edição da Ata de Registro de Preços - PG nº 003/2017-BANESE (2064473), especificada no Termo de Referência aprovado pelo Subsecretário da (SUTIC/SEPLAG) (1821087) e Proposta de Preços (2364016 - CADF0877v5):

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	ARP nº 03/2017 - Banese / CA	
				Unitário (R\$)	Total (R\$)
1	CA Application Performance Management (APMNGM990)	Processador	50	R\$ 7.178,00	R\$ 358.900,00
2	CA Application Performance Mgmt Java and NET Agent (APMJNA990)	Agente	15	R\$ 9.945,13	R\$ 149.176,95
3	CA Infrastructure Management 2.0 (CAIM20990)	Dispositivos	946	R\$ 355,00	R\$ 335.830,00
4	CA Unified Infrastructure Mgmt Server and Application Pack - On Prem (CNMSAP990)	Server	34	R\$ 1.990,21	R\$ 67.667,14
5	CA Unified Infrastructure Mgmt Server Pack - On Prem (CNMSPP990)	Server	234	R\$ 807,69	R\$ 188.999,46
6	CA Unified Infrastructure Mgmt Storage - On Prem (CNMTPP990)	Terabyte	130	R\$ 105,41	R\$ 13.703,30
7	CA Client Automation (CCACCA990)	Sistemas/Serviços Monitorados	2.162	R\$ 55,00	R\$ 118.910,00
8	CA Service Management (SMSDMP990)	usuário	20	R\$ 4.004,00	R\$ 80.080,00
9	XTRACTION for CA Service Management (XTRACTION)	Pacote	1	R\$ 89.091,14	R\$ 89.091,14
10	Treinamento	Presencial – (Aluno/Dia)	165	R\$ 868,35	R\$ 143.277,75
11	Serviços de Implantação/Configuração/Customização - (Especialista em Soluções - CA)	Horas	1000	R\$ 335,00	R\$ 335.000,00
12	Serviços de Implantação/Configuração/Customização - (Arquiteto em Soluções - CA)	Horas	200	R\$ 436,50	R\$ 87.300,00
13	Serviços de Implantação/Configuração/Customização - (Gerente de Projetos - CA)	Horas	130	R\$ 436,50	R\$ 56.745,00
TOTAL (R\$)					R\$ 2.024.680,50

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

4.1 - O CONTRATO será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos Artigos 6º e 10º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2 - A execução dos serviços técnicos deverão obedecer ao que dispõe os detalhes constantes do Anexo I do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367).

4.3 - Nos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), no que tange a **Prazos e Condições da Execução dos Serviços**, elencam-se:

4.3.1 - A entrega dos softwares e/ou a disponibilização do acesso ao site onde as imagens das mídias possam ser baixadas, sem custo adicional à CONTRATANTE, deverá ocorrer **no prazo de 30 (trinta) dias**,

após a assinatura deste contrato;

4.3.2 - Os serviços de instalação e customizações em ferramentas serão realizados através do banco de horas. Em caso de utilização do banco de horas ou treinamento, será estabelecido um cronograma entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE em comum acordo para a execução do serviço;

4.3.3 - Caso a CONTRATANTE contrate treinamento para 05 (cinco) ou mais funcionários, o treinamento deverá ser realizado *in company*, nas dependências da CONTRATANTE;

4.3.4 - Treinamentos para grupos menores de 05 (cinco) funcionários serão realizados pela internet ou em local a ser combinado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Nesse caso, o custo de passagem e hospedagem será da CONTRATANTE;

4.3.5 - Caso seja necessário o apoio da CONTRATADA para instalação de novas soluções, o serviço será contratado através de banco de horas;

4.3.6 - Em caso de utilização do banco de horas ou treinamento, a CONTRATADA será autorizada a emitir o documento fiscal após o aceite definitivo da execução do serviço emitido pela CONTRATANTE;

4.3.7 - No ato da entrega, deverão ser identificados e conferidos todos os componentes e materiais entregues de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA;

4.3.8 - Quando da entrega dos materiais, poderá ser lavrado termo de aceite provisório e entregue à CONTRATADA, contendo ressalvas a respeito dos serviços prestados;

4.3.9 - Quando todas as ressalvas relativas aos produtos entregues forem sanadas, será emitido o termo de aceite definitivo;

4.3.10 - A lavratura do termo de recebimento definitivo não eximirá a Contratada das responsabilidades assumidas em relação à qualidade dos serviços, em conformidade o que dispõe a respeito à legislação vigente;

4.3.11 - Os instaladores dos softwares fornecidos devem ser disponibilizados através de área de *download* restrita à CONTRATANTE;

4.3.12 - A versão do software fornecida deve ser a última versão disponível.

4.4 - Nos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), no que tange a **Banco de Horas Anual**, elencam-se:

4.4.1 - A contratada deverá ofertar **1.330 (um mil e trezentos e trinta) horas de serviços técnicos especializados** para a implementação da solução contratada, divididas nos seguintes perfis e com os conhecimentos definidos abaixo, que poderão ser utilizadas durante a vigência deste Contrato, mediante aprovação da CONTRATANTE:

PERFIL	QUANTIDADE DE HORAS
Serviços de Implantação/Configuração/Customização - (Especialista em Soluções - CA)	1000
Serviços de Implantação/Configuração/Customização - (Arquiteto em Soluções - CA)	200
Serviços de Implantação/Configuração/Customização - (Gerente de Projetos - CA)	130

4.4.1.1 - A CONTRATADA deve enviar estimativa de esforço (banco de horas) necessário para execução e conclusão das entregas da solução contratada;

4.4.1.2 - As horas deverão ser submetidas à CONTRATANTE para aprovação;

4.4.1.3 - Ficará facultado à CONTRATANTE o consumo do banco de horas, **sob demanda**, com pagamento após a entrega do serviço autorizado.

4.4.1.4 - Nos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), no que tange a **Perfil dos Contratados**, elencam-se:

4.4.1.4.1 - Quanto ao **Perfil Especialista em Soluções CA**:

4.4.1.4.1.1 - Para condução dos trabalhos da solução proposta, a CONTRATADA deverá alocar no projeto, equipe de especialistas, empregados desta através de CLT, responsáveis pela implementação, na ferramenta de software ofertada em sua proposta, dos processos especificados.

4.4.1.4.1.2 - O técnico alocado na SUTIC/SEPLAG deverá ser certificado nas ferramentas ofertadas na proposta de acordo com a proposta de certificação da CA Technologies.

4.4.1.4.2 - Quanto ao **Perfil Arquiteto de Soluções CA**:

4.4.1.4.2.1 - Para condução dos trabalhos da solução proposta, a CONTRATADA deverá alocar na execução dos projetos, especialistas empregados desta através de CLT, responsáveis pela arquitetura dos projetos solicitados, nas soluções de software ofertadas em sua proposta, e de seus processos especificados.

4.4.1.4.2.2 - O técnico alocado na SUTIC/SEPLAG deverá ser certificado nas ferramentas ofertadas na proposta de acordo com a proposta de certificação da CA Technologies.

4.4.1.4.3 - Quanto ao **Perfil Gerente de Projetos CA**:

4.4.1.4.3.1 - Para a condução dos trabalhos da solução proposta, a CONTRATADA deverá alocar na execução dos projetos, o Gerente do Projeto, empregado desta através de CLT, que será o líder e responsável pela entrega dos serviços e que possua as seguintes qualificações:

4.4.1.4.3.1.1 - Certificação há pelo menos dois anos em metodologia de gerência de projetos, emitida pelo Project Management Institute (PMI), dos Estados Unidos da América, ou qualquer de seus capítulos no mundo, com apresentação do correspondente documento de certificação, em versão original.

4.5 - Nos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), no que tange a **Treinamentos**, elencam-se:

4.5.1 - A contratada deverá ofertar créditos de treinamentos especializados que deverão ser válidos para toda e qualquer produto da CA, divididas nos seguintes perfis, que poderão ser utilizadas durante a vigência do contrato, mediante aprovação da CONTRATANTE.

4.5.2 - A contratada deve enviar estimativa de consumo de créditos necessários para execução do treinamento solicitado;

4.5.3 - Os créditos deverão ser submetidos à CONTRATANTE para aprovação;

4.6 - Nos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), no que tange a **Acordo de Nível de Serviço**, elencam-se:

4.6.1 - Todos os incidentes, requisições e mudanças padrão abertos pela Contratante deverão ser classificados de acordo com o impacto ao negócio, conforme abaixo:

TABELA Impacto x Tempo de Atendimento Inicial		
IMPACTO	TEMPO DE ATENDIMENTO INICIAL	DESCRIÇÃO
1	1 Hora	Sistema está indisponível, e esta condição está impactando no ambiente de produção.
2	2 horas (úteis)	Sistema com funcionalidades altamente limitadas, impactando o negócio.
3	4 horas (úteis)	Sistema com maioria das funcionalidades disponíveis, baixo impacto no negócio.
4	1 dia (útil)	Sistema funcionando com poucas restrições.

4.6.1.1 - Considera-se dia útil de segunda à sexta-feira de 8h às 18h, exceto feriados.

4.7 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo o presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total global do Contrato é de **R\$ 2.024.680,50 (dois milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta centavos)** e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no

orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

6.1.1 -

I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.1471-0029

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 336005670

6.1.1.2 - O empenho inicial é de **R\$ 893.720,00 (oitocentos e noventa e três mil e setecentos e vinte reais)**, conforme **Nota de Empenho nº 2017NE01115** (2437664), emitida em 22/09/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

6.1.2 -

I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.1471-0029

III – Natureza da Despesa: 4.4.90.39

IV – Fonte de Recursos: 135008617

6.1.2.1 - O empenho inicial é de **R\$ 508.637,99 (quinhentos e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos)**, conforme **Nota de Empenho nº 2017NE01116** (2437664), emitida em 22/09/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

6.1.3 -

I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.1471-0029

III – Natureza da Despesa: 4.4.90.39

IV – Fonte de Recursos: 135008617

6.1.3.1 - O empenho inicial é de **R\$ 324.165,78 (trezentos e vinte e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos)**, conforme **Nota de Empenho nº 2017NE01117** (2437664), emitida em 22/09/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.1.1 - O pagamento relativo aos valores da aquisição e renovação de licenças será efetuado após recebimento das licenças, na forma prevista na Proposta de Preços (2364016 - CADF0877v5).

7.2 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 - O CONTRATANTE não estará sujeito ao pagamento da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer do fornecimento irregular dos materiais ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.

7.7 - Verificada a existência de irregularidade fiscal ou trabalhista, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

7.8 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado da CONTRATADA.

7.9 - A CONTRATANTE, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

I - entrega defeituosa;

II - existência de débito da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, quer proveniente da execução do presente Contrato ou de obrigações ajustadas em outros contratos;

III - não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;

IV - descumprimento pela CONTRATADA de obrigações avençadas com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o fornecimento do produto ou a CONTRATANTE.

7.10 - O aceite/aprovação dos materiais pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela CONTRATADA verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

7.11 - O CONTRATANTE poderá interromper o prazo de processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a nota fiscal/fatura estiver em desacordo com o estabelecido no Edital e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo do CONTRATADO que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada, sem prejuízo do pagamento da parcela incontroversa.

7.12 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será observado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.13 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

7.14 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, alterado pelo alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, **equivalente a quantia de R\$ 101.234,03 (cento e um mil duzentos e trinta e quatro reais e três centavos)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e da IN 05/2017-SLTI-MPOG recepcionada pelo Decreto nº 36.063/2014, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V – A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade de 36 (trinta e seis) meses, acrescidos de 3 (três) meses do término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a", observada a legislação que rege a matéria;

d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

e) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

g) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

h) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

i) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

9.2.1 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

9.3 - GARANTIA DO PRODUTO

9.3.1 - Nos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), no que tange às **Condições de Garantia**, elencam-se:

9.3.1.1 - A garantia do software deverá ser prestada pelo fabricante, contemplando suporte telefônico em regime de 24x7x365 (vinte quatro horas por dia, sete dias por semana e trezentos e sessenta e cinco dias por ano) e **garantia de evolução de versão**, quando aplicável, **pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses**, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

9.3.1.1.1 - Os chamados deverão ser abertos no fabricante, através de número telefônico 0800 ou através de endereço *web*, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 - Sem prejuízo de suas prerrogativas contratuais, constituem-se especificamente obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e nas condições estabelecidas no presente Contrato;

10.1.2 - Notificar a CONTRATADA, quando for o caso, sobre qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, bem como acerca da aplicação de sanções ou penalidades;

10.1.3 - Prestar à Contratada as condições necessárias à execução do Contrato, bem como fornecer as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Contrato;

10.1.5 - Designar um (a) representante/comissão para acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços objeto desta contratação, não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela sua execução, reservando-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados;

10.1.6 - Os instaladores dos softwares fornecidos devem ser disponibilizados através de área de download restrita a CONTRATANTE;

10.1.7 - A versão do software fornecida deve ser a última versão disponível;

10.1.8 - Atestar, desde que realizado o aceite dos produtos/serviços entregues, conforme especificações técnicas, a nota fiscal correspondente, procedendo ao respectivo pagamento remuneratório;

10.1.9 - Comunicar a CONTRATADA qualquer falha ou problema que ocorra e acionar o serviço de suporte por meio de abertura de chamado;

10.1.10 - Permitir, quando necessário, o acesso de técnicos contratados e identificados pela CONTRATADA ao seu ambiente para a realização de atividades necessárias para o cumprimento do contrato;

10.1.11 - Manter os produtos/serviços instalados e em operação para atender os requisitos descritos no Termo de Referência e neste Contrato;

10.1.12 - Colocar à disposição da CONTRATADA os meios de comunicação que atendam à natureza da contratação;

10.1.13 - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessárias à execução do objeto do contrato, conforme descrito na especificação técnica;

10.1.14 - Notificar, por escrito, à CONTRATADA, fixando prazo para corrigir quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado;

10.1.15 - Exercer a fiscalização do objeto contratado, a qualquer momento e sem aviso prévio;

10.1.16 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais ou serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas no Termo de Referência, Termo de Contrato e Anexos;

10.1.17 - Toda e qualquer tolerância que a CONTRATANTE tiver com o Contratado quanto ao cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, serão entendidas como mera liberalidade da Contratante, não se constituindo novação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 - Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outros itens deste Contrato e nos documentos que o integram, sem alteração do preço estipulado, constituem-se especificamente obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 - Cumprir o prazo de entrega do objeto contratado, de acordo com as cláusulas e condições deste instrumento;

11.1.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

11.1.3 - Informar à CONTRATANTE, os nomes e respectivos números dos documentos de identidade dos empregados porventura alocados nas dependências da mesma para prestação dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4 - Responder por todo e qualquer dano que seus empregados, prepostos ou mandatários, causarem a CONTRATANTE ou a terceiros, que guardem relação com a execução do presente contrato, ainda que decorrente de ato culposos, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento a cargo da CONTRATANTE;

11.1.5 - Cumprir todas as exigências constantes no PREGÃO nº 003/2017 e seus anexos e neste contrato sem qualquer exceção;

11.1.6 - Ficará a critério da CONTRATANTE a validação da documentação solicitada, devendo a contratada realizar as alterações necessárias à adequação da referida documentação sem ônus adicional;

11.1.7 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no volume do objeto deste Contrato, nos termos da legislação em vigor;

11.1.8 - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

11.1.9 - . Cumprir rigorosamente todas as regras de segurança e normas internas vigentes nos estabelecimentos da CONTRATANTE quando da execução dos serviços, conforme política de segurança da CONTRATANTE previamente comunicada à CONTRATADA;

11.1.10 - A CONTRATADA obriga-se, sob as penas da lei, a não revelar por quaisquer formas de divulgação quaisquer informações, dados, materiais, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos recebidos da CONTRATANTE em decorrência deste contrato, mesmo após seu término, obrigando-se a utilizar tais informações única e exclusivamente com o propósito de realizar os serviços objetos deste contrato e somente com as pessoas indicadas ou de conhecimento da CONTRATANTE;

11.1.11 - A CONTRATADA compromete-se a não utilizar o nome ou quaisquer marcas e/ou logotipos pertencentes e/ou utilizados pela CONTRATANTE sem sua prévia e expressa autorização;

11.1.12 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos de natureza trabalhista e/ou previdenciária devidos pela mesma em virtude da contratação da mão-de-obra por ela utilizada na prestação dos referidos serviços ao CONTRATANTE, inclusive as despesas decorrentes da rescisão de contrato do trabalho de seus empregados e daqueles contratados para prestar serviços em caráter temporário;

11.1.13 - Na eventual cobrança à CONTRATANTE de quaisquer taxas, impostos ou contribuições de responsabilidade da CONTRATADA, esta transferirá à CONTRATANTE todas as importâncias que forem necessárias para evitar que o mesmo faça qualquer desembolso a este título;

11.1.14 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

11.1.15 - Manter os seus técnicos identificados por crachás da empresa, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente aquele que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE;

11.1.16 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada a culpa ou dolo quando da execução dos serviços objeto do presente contrato;

11.1.17 - Responder pelo pagamento de todos os tributos e encargos fiscais e/ou para-fiscais, federais, estaduais e municipais, direta ou indiretamente relacionados com o objeto ora contratado;

11.1.18 - Comunicar de imediato à CONTRATANTE, por escrito, qualquer acidente ou ocorrência relacionada com os bens de propriedade da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, em função da

execução dos serviços;

11.1.19 - Prestar os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento dos normativos legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal;

11.1.20 - Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

11.1.21 - Apresentar, durante a execução do Contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como, certidões negativas de débito salarial;

11.1.22 - Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, quanto à prestação dos serviços objeto desta contratação;

11.1.23 - É de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA a execução do objeto contratual;

11.1.24 - A CONTRATADA não poderá subcontratar no todo ou em parte, a execução do presente Contrato;

11.1.25 - A CONTRATADA se compromete a prestar **suporte técnico e garantia de atualização de versão pelo período de 36 (trinta e seis) meses**;

11.1.26 - A CONTRATADA se compromete a cumprir os prazos estabelecidos neste Contrato, na Proposta, no Edital e seus anexos;

11.1.27 - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do presente Instrumento, a mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e a classificação no processo licitatório, inclusive a sua situação de Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista;

11.1.28 - A CONTRATADA se obriga a executar o fornecimento ora contratados de acordo com as leis e exigências emanadas das autoridades federal, estadual e municipal competente, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade pela falta de cumprimento dessas leis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais regulamentações legais.

12.2 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 - Caso a contratada não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006, nº 27.069/2006, nº 35.831/2014** e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), a contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da contratação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.11 – Disposições Complementares

13.11.1- As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

O CONTRATO poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Acompanhamento e Fiscalização

17.1 - A CONTRATADA designará formalmente os Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo para realizar a fiscalização contratual em todas as suas fases de acordo com a Seção III da Instrução Normativa nº 04/2014-SLTI/MP, que trata da Gestão do Contrato.

17.2 - Nos termos do Edital do Pregão Presencial RP Nº 003/2017 (2064367), no que tange a **Gestão e Fiscalização Contratual**, o objeto deste Contrato será fiscalizado e recebido nos termos seguintes:

17.2.1 - A execução e a fiscalização da entrega dos serviços/materiais será acompanhada e fiscalizada por comissão especialmente designada para esse fim, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

17.2.2 - A comissão designada fica desde já autorizada a acompanhar todos os passos referentes ao cumprimento deste contrato administrativo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

17.2.3 - Todas as ordens de serviço, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Comissão Executora e a CONTRATADA, deverão ser tomadas por escrito na ocasião devida, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

17.2.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão Executora deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

17.2.5 - A Comissão Executora deverá analisar atestar e visar os documentos, inclusive de natureza fiscal, apresentados pela empresa;

17.2.6 - A CONTRATADA deverá apresentar documentos complementares, que poderão ser aceitos pela CONTRATANTE, por intermédio da Comissão Executora, para comprovação do serviço prestado;

17.2.7 - Mecanismos de inspeção e avaliação (na execução contratual):

17.2.7.1 - As licenças e serviços serão recebidos provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante Termo de Recebimento Provisório, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos, quando aplicável.

17.2.7.2 - A qualidade dos serviços/ materiais na fase de execução contratual será avaliada pelos fiscais do contrato que reportarão ao gestor possíveis defeitos;

17.2.7.3 - Na fase contratual haverá somente o acompanhamento da execução pelos fiscais Técnico, Requisitante, Administrativo e pelo Gestor do contrato, que eventualmente poderão solicitar da contratada comprovação relativa ao material/serviço que está sendo executado;

17.2.7.4 - Agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar o(s) serviços entregues se estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

17.2.7.5 - Adoção de ferramentas, computacionais ou não, para implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos;

17.2.7.6 - Origem e formas de obtenção das informações necessárias à gestão e à fiscalização do contrato, conforme disposto na alínea "b" do inciso I do art. 19 da Instrução Normativa nº 04/2014-SLTI/MP;

17.2.7.7 - A SUTIC/SEPLAG manterá os seus próprios registros e anotações referentes à solução que servirão de base para a fiscalização contratual;

17.2.7.8 - As diligências aplicáveis são as previstas conforme § 3º, inciso VI, art. 43, da Lei 8666/93.

17.2.7.9 - Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos, o CONTRATANTE receberá definitivamente o objeto, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo;

17.2.7.10 - O recebimento definitivo do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;

17.2.7.11 - O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos bens entregues e/ou dos serviços realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela **CONTRATADA**:

ANDREA MARIA LEMOS PIRONNET MOSSA

Procuradora



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 29/09/2017, às 12:33, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Lemos Pironnet Mossa, Usuário Externo**, em 29/09/2017, às 13:57, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[verificador= 2533723 código CRC= D3054285.](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palacio do Buriti, 5º Andar, Sala 503 - CEP 70075900 - DF

00410-00011800/2017-90

Doc. SEI/GDF 2533723